

UM ASPECTO SUBMERSO DO ABORTO

Um aspecto submerso do aborto

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

Até hoje o aborto não foi legalizado em nenhum país do mundo. Em outras nações houve sua descriminação ou despenalização, em determinadas situações. Confundir legalização e despenalização pode ter conseqüências nefastas, principalmente para as mulheres.

As situações de despenalização variam de país para país e dizem respeito, basicamente, ao número de semanas de vida do feto até o qual o aborto não é considerado crime. Longe de ser um incentivo, as legislações incluem outros condicionantes. Quando a mulher recorre a um segundo ou terceiro aborto a lei pode se tornar restritiva, impedindo o acesso ao serviço médico gratuito ou ao reembolso dos custos, etc.

Por que não existe e nem pode existir legalização do aborto? Mais do que um problema semântico, a diferença entre legalização e despenalização pode ter profundas repercussões para as mães, e pais, levados ao aborto.

Na França, após sua despenalização houve um aumento de mulheres consultando psicólogos, por problemas ligados a um aborto. Esse fato parece paradoxal justamente

após a possibilidade de se abortar "à luz do dia", de forma gratuita e com o amparo médico-hospitalar. Por que com a nova legislação aumentaram as mulheres vivendo mal após um aborto?

Não se discute aqui o direito de alguém abortar, mas um aspecto submerso nesse debate. A mulher sofre ao realizar um aborto, por mais justificado. Esse sofrimento está vinculado, em última instância, à violação de uma das leis ontológicas do ser: não matará. Mas na vida existem situações em que não há como não se matar: guerras, legítima defesa, circunstâncias-limite, defesa da vida, etc. Cada consciente aceita e dá respostas diferentes a essas situações. Não é assim com o inconsciente. Ele "ignora" as opiniões do consciente. No reinado do ser, o inconsciente funciona com base em leis ontológicas primárias. Toda vez que violamos qualquer uma delas, provamos em nós mesmos as conseqüências.

Para psicanalistas franceses, na situação anterior à despenalização do aborto a consciência e o sofrimento das mulheres era maior. Feridas no seu ser profundo ao violentar a lei, sofriram. O sofrimento vivido as ajudava na cura. Parte

desse sofrimento era possível pelas reflexões sobre as implicações jurídicas do ato. Hoje a banalização do gesto e a falsa idéia de sua legalização iludem o consciente e tendem a eliminar o necessário sofrimento, a pena. Para muitas mulheres houve uma "legalização" do aborto. Isso banalizou um ato até então envolvendo uma grave decisão, cheia de riscos. A ausência de penalização é ilusória e somente por um tempo. Num ser que não penou, o robusto inconsciente pessoal é atingido e sofre. A penalização espiritual e psicológica emerge aos poucos na infelicidade do cotidiano, em sonhos estranhos, sentimentos incompreensíveis, tristezas sem motivo e angústias.

Cuidemos do poder das palavras e de seu eco no Eu profundo de cada um, principalmente na Carta Magna da nação onde o debate se situa. A mídia prefere grafar legalização ao invés de despenalização ou descriminação. Amigos jornalistas e senhores da lei, aqui as economias de tinta não se justificam.

Evaristo Eduardo de Miranda é professor da USP, pesquisador do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa e presidente da Ecoforça
